

## DIÁLOGO SOBRE INDEXAÇÃO NA BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA

### DISCUSSION ON INDEXING IN LIBRARIANSHIP AND MUSEOLOGY

 Raul Carvalho<sup>1</sup>

 Luciana Di Paula Andrade da Fonseca<sup>2</sup>

 Franciele Marques Redigolo<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará.

E-mail: [raulcarvalho.trab@gmail.com](mailto:raulcarvalho.trab@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestranda, com bolsa Fapespa, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará.


E-mail: [luhandra16de@gmail.com](mailto:luhandra16de@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutora e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP (bolsista FAPESP 2008-2014). Professora Adjunta na Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará.

E-mail: [franciele@ufpa.br](mailto:franciele@ufpa.br)



ACESSO ABERTO

**Copyright:** Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. 

**Conflito de interesses:** Os autores declaram que não há conflito de interesses.

**Financiamento:** Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

#### Declaração de Disponibilidade dos dados:

Todos os dados relevantes estão disponíveis neste artigo.

Recebido em: 12/11/2020.

Aceito em: 09/06/2021.

#### Como citar este artigo:

CARVALHO, Raul; FONSECA, Luciana Di Paula Andrade da; REDIGOLO, Franciele Marques. Diálogo sobre indexação na Biblioteconomia e Museologia. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 6, p. 1-24, 2021. DOI: <https://doi.org/10.36517/2525-3468.ip.v6i00.2021.61322.1-24>.

#### RESUMO

Trata-se da discussão sobre a indexação realizada na área da Biblioteconomia e da Museologia, que são áreas que apresentam conceitos em comum como a organização, preservação, mediação, comunicação e disseminação da informação, além de compartilharem conceitos da Organização do Conhecimento. O objetivo da pesquisa centra-se em discutir o processo de indexação nas áreas da Biblioteconomia e Museologia, mostrando as suas abordagens nas respectivas áreas, com aproximação conceitual teórico-metodológica entre os dois campos do conhecimento. A prática da indexação em ambas as áreas é realizada na catalogação, denominada de catalogação de assunto na Biblioteconomia e de catalogação na Museologia, confeccionada na documentação museológica. Ao discutir a indexação em ambas as áreas, buscou-

se contribuir para pesquisas sobre a Organização da Informação e do Conhecimento para o campo da Ciência da Informação. Ressalta-se a importância da elaboração de uma Política de Indexação para fundamentar os procedimentos da indexação.

**Palavras-chave:** organização do conhecimento; indexação; Biblioteconomia; Museologia.

## ABSTRACT

This is a discussion on indexing carried out in the area of Librarianship and Museology which are areas that have common concepts such as organization, preservation, mediation, communication and dissemination of information, in addition to sharing concepts of the Knowledge Organization. The aim of the

research is to discuss the indexing process in the areas of Librarianship and Museology showing their approaches in the respective fields in the process of rapprochement on theoretical and methodological concepts between the two fields of knowledge. The *praxis* of indexing in both areas is carried out in cataloging, called subject cataloging in Librarianship and cataloging in Museology, made in the museological documentation. When discussing indexing in both areas, we sought to contribute to research on the Organization of Information and Knowledge for the field of Information Science. The importance of drawing up an Indexing Policy to underline the indexing procedures is emphasized.

**Keywords:** knowledge organization; indexing; Librarianship; Museology.

---

## 1 INTRODUÇÃO

A Biblioteconomia e a Museologia são áreas que se aproximam por conceitos comuns como a organização, preservação, mediação, comunicação e disseminação da informação por meio de instrumentos, técnicas e metodologias que permitem a interação entre as duas áreas no alicerce teórico e metodológico da Organização do Conhecimento na Ciência da Informação.

A Organização do Conhecimento delineada por Brascher e Café (2010, p. 8) “como o processo de modelagem do conhecimento que visa a construção de representações do conhecimento”, tem como o objeto a representação do conteúdo registrado em documentos de diversas áreas do conhecimento, sendo esse um ponto em comum em Sistemas de Informação que se preocupam em propagar seus dados informacionais. Assim, essa discussão deu-se a partir da Organização do Conhecimento, mais especificamente a indexação com foco na Biblioteconomia e Museologia. Observa-se que na primeira a representação busca individualizar o item documental para uma recuperação mais precisa, enquanto na segunda busca a representação de acordo com a contextualização de suas coleções, também visando a recuperação da informação.

Deste modo, o problema de pesquisa consiste na busca conceitual sobre a indexação nas áreas da Biblioteconomia e Museologia. Portanto, esta pesquisa objetiva discutir a indexação nas duas áreas, mostrando as suas abordagens, considerando que, em cada um destes campos, esse conceito vem sendo construído com suas particularidades, mas que têm em comum a organização da informação e do conhecimento, e assim permitindo possibilidades de discussão, troca e diálogos em suas diferenças e aproximações conceituais e metodológicas.

## **2 METODOLOGIA**

Para alcançar o objetivo proposto, o percurso metodológico consiste em uma pesquisa bibliográfica, utilizando quatro bases de dados do âmbito nacional e internacional, a saber: Bases de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), *Scopus* e *Web of Science*. Para as estratégias de busca foram usados os descritores: tratamento temático da informação, documentação museológica, indexação, catalogação de assunto, catalogação, *museological documentation*, *indexing* e *subject cataloging*, no qual identificou-se os conceitos de indexação nas áreas da Biblioteconomia e Museologia, mostrando diferentes perspectivas na construção do processo de indexação nas duas áreas, mediante os seus aspectos teórico-metodológicos.

Como critério de seleção dos textos, foram utilizados estudos sobre a indexação e catalogação de assunto de acordo com as visões das correntes teóricas norte-americanas, como exemplo, Shera (1980), Fujita (2003), Lancaster (2004), Silva e Fujita (2004), Guimarães (2009), Dias e Naves (2013), Redigolo (2014) e Dobreski (2020). E sobre a documentação museológica de acordo com os estudos de Ferrez (1994), Bottallo (2010), Padilha (2014) e Hernández Hernández (2016).

## **3 A BIBLIOTECONOMIA E OS APORTES DA INDEXAÇÃO**

A Biblioteconomia é uma ciência antiga na humanidade e ao longo do tempo sofreu modificações nos seus instrumentos e métodos de organização de acervo documental, contribuindo para o avanço nas atividades de organização, preservação, armazenamento, usabilidade, representação, recuperação e acesso da informação.

Segundo os autores Zaher e Gomes (1972), Fonseca (1987), Novellino (1998), Dias (2000), Silva e Fujita (2004), Tristão (2004), Monteiro e Giraldes (2008), a Biblioteconomia ao agregar métodos e procedimentos para a organização documental, como a classificação, a indexação, catalogação de assunto e elaboração de resumos, colaborou significativamente no aperfeiçoamento do tratamento temático da informação.

Assim, o tratamento temático da informação é a fase de mediação entre o bibliotecário e o documento (BARITÉ, 2002; GUIMARÃES, 2008). Por isso, a informação contida no conteúdo do documento será processada e disponibilizada por intermédio da representação para a recuperação.

Monteiro e Giraldes (2008), explicam que a Biblioteconomia era vista como a ciência que organizava os acervos das bibliotecas e o seu objeto de estudo eram os livros, pois as bibliotecas eram mantidas como um depósito para a guarda, não promovendo a circulação da informação, apenas o armazenamento dos livros.

Diante dessa abordagem, autores como Zaher e Gomes (1972), Fonseca (1987) e Ortega (2004) explicam que a Biblioteconomia obteve um grande avanço como ciência teórico-prática, com grandes influências da Bibliografia e da Documentação na sua composição e aperfeiçoamento de seus instrumentos.

Zaher e Gomes (1972, não paginado) compreendem que as “novas formas de registro de informações ampliaram o âmbito da Bibliografia, levando ao aparecimento da Documentação”. Assim, a ampliação das técnicas e metodologias biblioteconômicas viabilizaram a organização dos acervos (VALENTIM, 1995).

As técnicas desenvolvidas na Documentação emergiram para complementar a Biblioteconomia, dado que a “Biblioteconomia e a Bibliografia não estavam adequadamente instrumentadas” (FONSECA, 1987, p. 125). Segundo Shera (1980, p. 98) “a Documentação é simplesmente uma forma ou aspecto da Biblioteconomia; trata-se [...] da Biblioteconomia em tom maior”, ou seja, “a Documentação deve ser entendida como a Biblioteconomia exercida em áreas especializadas do conhecimento” (DIAS, 2000, p. 73). Diante disso, a Biblioteconomia passou a englobar procedimentos de organização e tratamento da informação que foram advindos da Documentação e Bibliografia, como a elaboração de resumos e a indexação para representar e recuperar.

Por conseguinte, as práticas exercidas pela Biblioteconomia oriundas da Documentação são o “desenvolvimento de coleções, classificação, catalogação, referência,

pesquisa em sistemas de recuperação da informação e administração (planejamento estratégico, estudo de usuário; educação de usuário)” (DIAS, 2000, p. 71). A classificação mencionada por Dias (2000) pode ser de duas formas: classificação filosófica e classificação bibliográfica. As classificações filosóficas foram criadas por filósofos com a finalidade de “definir, esquematizar e hierarquizar o conhecimento, preocupados com a ordem das ciências ou a ordem das coisas” (PIEIDADE, 1983, p. 60), e as classificações bibliográficas são indicadas para “servir de base à organização de documentos nas estantes, catálogos, em bibliografias, etc.” (PIEIDADE, 1983, p. 60).

Neste contexto, os sistemas de classificação bibliográficas por assunto têm o intuito de organizar o conhecimento especializado e disseminá-lo, tornando acessível aos usuários, sendo utilizados na organização de documentos em bibliotecas tradicionais, tendo como princípio a divisão do conhecimento em classes e subclasses (BARBOSA, 1969; SOUZA, 2016).

Os sistemas de classificação mais utilizados em bibliotecas estão expostos no quadro 1:

**Quadro 1** – Sistemas de classificação bibliográficos utilizados na Biblioteconomia.

Ano	Sistema de Classificação	Autor	Síntese
1876	Sistema de Classificação Decimal (CDD)	Melvil Dewey	Usa notação decimal para organizar os documentos por assunto. Cada número refere-se a um assunto especializado.
1871	Classificação Expansiva de Cutter	Charles Ammi Cutter	Sistema que se ajusta conforme o conhecimento humano. Dividido em sete esquemas de classificação. As classes principais são subdivididas alfabeticamente.
1902	Classificação da Biblioteca do Congresso	<i>Library Of Congress</i>	Elaborada com a finalidade de ser usada somente na Biblioteca do Congresso em Washington (EUA). Baseada na classificação de C. A. Cutter.
1905	Classificação Decimal Universal	Paul Otlet e La Fontaine - Federação Internacional de Documentação (FID)	Índice universal de saber registrado. Sistema de classificação quase facetado. Relação de assunto por dois pontos (:). Sistema de classificação flexível

1933	Classificação de Dois Pontos	Shiyali Ramamrita Ranganathan	Assuntos divididos em categorias ou facetas. Sistema de classificação flexível. Sistema ilimitado e multidimensional. Relação de assunto por dois pontos (:).
------	------------------------------	-------------------------------	--

Fonte: Barbosa (1969); Piedade (1983); Souza (2016).

Os sistemas de classificação apresentados no quadro 1 foram construídos a partir dos sistemas de classificação filosóficas, com o objetivo de organizar os documentos por assunto em bibliotecas tradicionais ou incorporá-los no sistema de recuperação da informação (DIAS; NAVES, 2013).

Nessa conjuntura, o sistema de classificação usa o assunto para organizar os documentos nas estantes, tornando acessível a sua localização (CAMPOS, 1978), e a indexação organiza o conhecimento “por um léxico que traduz os assuntos” (MONTEIRO; GIRALDES, 2008, p. 23). Nesta continuação, as autoras explicam que “a classificação trabalha com as relações ontológicas do saber com o objetivo de organizar o conhecimento e a indexação atua dentro da própria estrutura da linguagem, a partir das instruções semânticas, para fixar o significado” (MONTEIRO; GIRALDES, 2008, p. 17).

Com isso, a classificação, a indexação e a elaboração de resumos são aspectos importantes a respeito do conhecimento especializado e do tratamento temático da informação em si, e são técnicas desenvolvidas na Documentação, que aprimorou as suas técnicas de tratamento informacional para lidar com outros tipos de documentos, além dos livros. Fonseca (1987) e Dias (2000) explanam que a Documentação e a Biblioteconomia tinham um ponto em comum, as bibliotecas especializadas.

Em decorrência do aperfeiçoamento das técnicas de representação da informação, o modo de organização das bibliotecas passou de depósitos informacionais para uma organização que difunde e incentiva a criação do conhecimento, propondo a circulação e a recuperação da informação. Desse modo, o desenvolvimento de instrumentos acessíveis de divulgação do conhecimento entre os cientistas, despertou a vontade de aprimorar a forma de disponibilização da informação registrada (SILVA; FUJITA, 2004).

Diante deste contexto, devido o enfoque dessa discussão partir da indexação, é importante destacar que este fazer nessas instituições específicas acontecem no processo de catalogação de assunto e, deste modo, justifica-se a discussão da catalogação de assunto com aproximação conceitual da indexação devido ao seu avanço teórico-metodológico, seguindo a abordagem da corrente teórica norte-americana, que tem influências da catalogação alfabética de *Cutter* e dos cabeçalhos de assuntos da *Library of*

*Congress*, sendo abordado o termo *subject cataloguing*, trazendo uma discussão para a escolha de conceitos mais específicos por meio da indexação para a representação do documento (GUIMARÃES, 2009).

A partir disso, a NBR 12.676 (1992) conceitua a indexação como identificação e extração de termos que representam o conteúdo de um documento. Da mesma forma, o Unisist (1981) discorre a indexação como ato de descrever e identificar os conceitos de acordo com a temática do documento.

Fujita (2003), dialoga que na indexação se realiza a análise de assunto por meio da leitura documentária, identificação de conceitos e a seleção dos conceitos, e por fim a tradução dos conceitos. Segundo Lancaster (2004), o processo de indexação é dividido em duas partes: análise de assunto e tradução. O quadro 2 apresenta uma análise comparativa entre as etapas explanadas pelos autores, Fujita (2003, p. 64) e Lancaster (2004, p. 8-9) em suas pesquisas.

**Quadro 2** – Estágios do processo de indexação.

Processo de indexação	Fonte	Observações
Análise de Assunto <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Leitura documentária</u></li> <li>• <u>Identificação de conceitos</u></li> <li>• <u>Seleção dos conceitos</u></li> </ul> Tradução	Fujita (2003, p. 64)	A autora desmembra a análise de assunto em três estágios e depois realiza-se a tradução dos conceitos selecionados para representação temática.
Análise conceitual ou assunto Tradução	Lancaster (2004, p. 8-9)	Para Lancaster o processo de indexação consiste em análise conceitual ou assunto, em seguida, a tradução dos conceitos.

**Fonte:** Fujita (2003, p. 64); Lancaster (2004, p. 8-9).

Nota-se no quadro 2, que o processo de indexação apresentado pelos autores tem duas etapas, que são a análise de assunto e a tradução (FUJITA, 2003, p. 64; LANCASTER, 2004, p. 9).

Observa-se, dessa maneira, que a tradução dos conceitos ocorre após a análise de assunto ou depois de selecionar os termos/conceitos que representarão o conteúdo do documento. Portanto, o processo de indexação acontece por meio de duas etapas distintas, mas simultâneas quando realizadas pelo bibliotecário e que necessita de manuais ou diretrizes de indexação que ajudem a nortear a tomada de decisão.

No que tange o processo de indexação, a análise de assunto é dividida em três etapas, são elas: leitura documentária, identificação e seleção de conceitos (ver quadro 2).

Por sua vez, é pertinente o uso do modelo de leitura documentária para artigos científicos (FUJITA; RUBI, 2006) e para catalogação de assunto de livros (FUJITA, 2013). Assim sendo, os modelos de leituras funcionam como um roteiro que direcionam os catalogadores na identificação e seleção dos conceitos para representar o conteúdo do documento como um todo, mediante a leitura de partes importantes do documento que estão indicadas no modelo de leitura.

Em contribuição à análise de assunto, Redigolo (2014) propôs as diretrizes para garantir um efeito ordenado na realização da análise de assunto, assim, preservando a qualidade na realização da indexação:

Aspectos conceituais da análise de assuntos na catalogação; delimitação da área de assunto; definir o público usuário; conhecer os instrumentos disponíveis; níveis de representação; reconhecer a estrutura textual; intertextualidade; proficiência; hábitos; experiência colateral; aptidão do catalogador; refletir sobre a qualidade da análise de assunto; permitir acesso à linguagem pelo usuário; avaliação da indexação e fases do processo de análise de assunto; que engloba a leitura documentária; a identificação de conceitos e a seleção de conceitos (REDIGOLO, 2014, p. 230).

Consequentemente, a indexação permite a representação e organização conceitual por meio do uso eficiente da análise de assunto e tradução dos conceitos em linguagem de indexação ou documentária, por isso, “as pesquisas desenvolvidas nessa área voltam-se para a entrada de sistemas [...] projetando metodologias para a análise de assunto e para a geração de sistemas de classificação e linguagens documentárias” (NOVELLINO, 1996, p. 38).

Por esse prisma, o processo de indexação possibilita a transformação da linguagem natural em uma linguagem de indexação ou documentária (CINTRA et al., 2002; KOBASHI, 2007; HJORLAND, 2018), que são traduzidos por meio dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), como tesouros, índices alfabéticos e cabeçalhos de assunto (CARLAN; BRASCHER, 2011; MAZZOCCHI, 2018).

Estes instrumentos de hierarquização e relação entre conceitos foram possíveis a partir da necessidade de organizar os assuntos por áreas específicas, iniciados pelos sistemas de classificação e indexação. Assim, possibilitando a recuperação de documentos, a formação de índices automáticos e catálogos de assuntos cooperativos. A organização dos assuntos por meio de catálogos apoiou de forma significativa a catalogação de assunto, sendo “um método de expressar o conteúdo informacional de um documento” (SILVA; FUJITA, 2004, p. 142).



Dias e Naves (2013) abordam que a catalogação tem o objetivo de criar fichas catalográficas que contém a representação descritiva do documento (autor, ano, editora, título, etc.), e a representação temática (assuntos, tópicos, palavras-chave, etc.). Então, determina-se que “à atividade de descrição dos aspectos físicos costumam-se dar o nome de catalogação descritiva, e à do conteúdo, catalogação por assunto” (DIAS; NAVES, 2013, p. 5), sendo “o processo pelo qual os catálogos são criados” (DOBRESKI, 2020, tradução nossa), tornando viável o acesso remoto dos catálogos pelos usuários.

As estratégias de uso dos procedimentos que englobam a indexação devem ser harmonizadas mediante a elaboração de uma política de indexação, considerada uma ferramenta que orienta o bibliotecário indexador na tomada de decisão em relação a atividade de indexação e suas variáveis (especificidade, exaustividade, revocação e precisão) para a otimização do sistema de recuperação da informação e, também, vista como uma filosofia a ser seguida na instituição (CARNEIRO, 1985; RUBI, 2004; 2008; 2012; FUJITA; SANTOS, 2016; GOMES; LIMA, 2020).

Desse modo, a política de indexação deverá ser ordenada com os objetivos propostos da instituição, incluindo o sistema de recuperação da informação, os usuários, recursos humanos, financeiros e materiais durante a sua construção.

Com esse fim, a indexação em unidades de informação viabiliza a recuperação por meio das estratégias de busca, desenvolvidas para otimizar o tempo de busca em sistemas de recuperação da informação. À vista disso, a indexação usada para a representação conceitual da informação possibilita uma mediação entre o usuário e o objeto de estudo, visando não somente os usuários de bibliotecas, todavia, os arquivos, museus e outros sistemas de recuperação da informação, que podem usufruir da indexação para a recuperação da informação.

#### **4 A MUSEOLOGIA E OS INDÍCIOS DA NECESSIDADE DE INDEXAR**

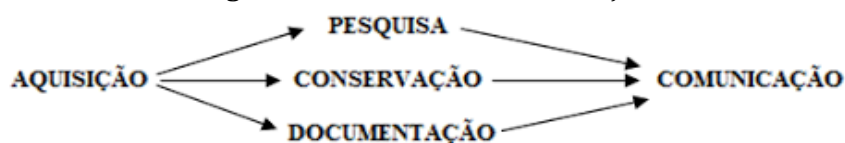
No que diz respeito aos museus, entende-se que suas coleções são grandes repositórios de informação e, assim têm por finalidade transformar o olhar do seu usuário sobre algo, exercendo impacto no seu comportamento e julgamento, proporcionando novos conhecimentos que podem ser transmitidos e atualizados no espaço e no tempo (BETTENCOURT; CIANCONI, 2012; HERNÁNDEZ, 2016). Entretanto, sobre o tratamento informacional de suas coleções, ainda são necessários estudos mais aprofundados.

Para a Ciência da Informação, o museu é uma unidade de informação que trabalha com a organização, o tratamento, o armazenamento, a recuperação e a disseminação da informação produzida a partir de suas coleções (SAMPAIO; OLIVEIRA, 2013), e para que exista uma preservação efetiva de suas coleções é preciso pensá-las como um patrimônio que precisa ter seu registro documental para que assim seja preservado para as gerações futuras. Neste sentido, a Museologia, enquanto área do conhecimento, vem buscando formas de representação de seus documentos, a fim de poder organizá-los através do processo de documentação museológica.

Para Cerávolo (1998), este processo é chamado de “documentação em museus”, pois caracterizaria melhor a ação de documentação no espaço museológico. Entretanto, entendemos que o termo “museológico”, por ser derivado do termo Museologia, abarca de forma mais ampla as contribuições do campo nos Sistemas de Indexação e Recuperação da Informação em instituições de qualquer tipo (LIMA, 2007; CARVALHO; SCHEINER, 2014); enquanto “documentação em museus” se refere ao processo de documentação aplicado nos museus (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013; CARVALHO; SCHEINER, 2014).

Portanto, para os fins deste artigo, utilizou-se a expressão documentação museológica seguindo os pressupostos teórico-metodológicos de Ferrez (1994), Bottallo (2010), Padilha (2014), Hernández (2016) e também pela definição de Araújo (2014), que a define como o processo de representação da informação que se estabelece através de técnicas de coleta, trabalho e preservação da informação dos objetos museológicos, e também disciplina da área museológica.

Dito isso, observa-se que a documentação museológica faz parte de um processo maior, chamado musealização, que para Cury (2005) e Mendonça (2016) inclui a aquisição, pesquisa, conservação e comunicação em um espaço museal (Figura 1). É o objeto retirado do seu contexto original, a partir de critérios diversos, sejam técnicos, políticos ou por suas características artísticas, históricas, humanas, informacionais, entre outras, conferindo a ele um estatuto museal, transformando-o em um objeto musealizado (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013). Estes critérios influenciarão no seu processo de documentação.

**Figura 1** – O Processo de Musealização.

Fonte: Cury (2005, p. 26).

Para Loureiro e Loureiro (2013), a musealização é um conjunto de processos onde alguns objetos perdem sua função original e ganham novos valores/significados e passam a adquirir a função documental, se tornando representante da realidade da qual foi afastado. Ainda segundo os autores, é a partir da reflexão sobre o processo de musealização que se torna possível uma ampliação do conceito de objeto de museu, permitindo também novas reflexões sobre o próprio conceito de documento – conceito este que vem sofrendo transformações e ganhando debates em diferentes áreas do conhecimento, assim como na própria Ciência da Informação.

Segundo Castro (1999), o objeto museológico possui dois tipos de informação que precisa ser preservada e disponibilizada: a **informação estética**, de teor cultural e a **informação semântica**, de teor científico. A primeira depende do conhecimento prévio de cada receptor e a segunda desenvolve-se por meio de uma linguagem estruturada, conceitual e que está inserida em um processo de comunicação onde existe uma fonte, um canal e um receptor.

De acordo com Ferrez (1994) e Cândido (2006) os objetos museológicos possuem **informações intrínsecas**, aquelas fornecidas através da análise do próprio objeto, a partir de suas propriedades físicas; e **informações extrínsecas**, aquelas obtidas para além do objeto, “fornecidas durante a sua entrada no museu e/ou por meio de fontes arquivísticas e bibliográficas” (CANDIDO, 2006, p. 33).

Nesse sentido, um objeto, ao entrar no contexto museológico, continua a ter vida e, conseqüentemente, a ter uma história a ser documentada, tornando-se mais do que apenas a soma de seus passados pesquisados (LOUREIRO, 2008; DAVIS, 2020). Smit e Barreto (2002), ressaltam que além de preservar e disponibilizar a informação, é necessário também adaptá-la ao contexto social ao qual está inserido o seu receptor, para isso é necessário conhecer o perfil do usuário da informação para atender às suas necessidades informacionais.

Portanto, assumindo que as coleções museológicas são documentos, visto que também possuem características históricas, estéticas e cognitivas que as tornam um documento informativo (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, 2016), torna-se necessário o conhecimento e uso de técnicas da Organização da Informação e do Conhecimento, que auxiliarão no seu tratamento e disseminação, sendo que estes processos estão intimamente ligados ao próprio conceito de museu e suas atribuições, e ainda vinculados à ideia de preservação e descrição física dos itens de suas coleções (LIMA, 2012).

Faz-se necessário, portanto, que os museus também passem a refletir sobre os aspectos ligados ao assunto/conteúdo para, como dito por Loureiro (2008), não deixar os objetos imobilizados, mas torná-los disponíveis e acessíveis como documentos. Assim, ao se falar de musealização é fundamental falar sobre o processo de documentação museológica.

Para Ferrez (1994), a documentação museológica é essencial, pois consegue representar a informação do objeto por meio de texto e imagem, também sendo um sistema de recuperação de informação para pesquisas. Guarnieri (1989) afirma que, o desenvolvimento de arranjos, categorizações e métodos de tratamento dos acervos museológicos está intrinsecamente ligado à musealização do objeto, dando suporte para a sua contextualização. O Código de Ética para Museus, elaborado pelo ICOM em 1986, incluiu a documentação das coleções na seção sobre preservação, o que demonstra mais uma vez o caráter preservacionista da documentação.

Entretanto, a documentação também aproxima o usuário das coleções, sobretudo como um instrumento para a geração de novos conhecimentos, acompanhando toda a vida do objeto na instituição, sendo, portanto, um instrumento necessário para a organização e representação do conhecimento, tornando-as acessíveis e úteis (NASCIMENTO, 1994).

Nesse sentido, a documentação museológica se torna o alicerce para os diferentes setores de um museu (REIS *et al*, 2019), sendo composto por uma série de etapas que partem desde sua forma de aquisição até sua disseminação (Quadro 3). Padilha (2014) e Ferrez (1994), afirmam que este processo permite o desenvolvimento da gestão e proteção do acervo.

**Quadro 3** – Etapas do processo de documentação museológica.

<b>Etapas</b>	<b>Descrição</b>
Aquisição do Acervo	É o processo pelo qual se adquire os objetos de uma coleção. Pode se dar de diferentes formas: coleta de campo, compra, legado, permuta e doação. Essa aquisição deve ser de forma estratégica e relacionada com os objetivos do museu (FERREZ, 1994).
Identificação e Registro	É a identificação do objeto para seu posterior tratamento técnico. Precisa ter clareza e exatidão no registro dos dados, contendo apenas informações básicas sobre o objeto. O livro de registro ou inventário é o instrumento utilizado para armazenar essas informações (FERREZ, 1994; PADILHA, 2014).
Registro Fotográfico	O registro fotográfico é uma etapa fundamental para a documentação museológica, pois permite representar o objeto de forma objetiva e mais próxima da realidade, contribuindo para diversos aspectos de pesquisa (FERREZ, 1994).
Catálogo/Ficha Catalográfica	A catalogação/ficha catalográfica é a atividade que permite referenciar os objetos do museu em uma ficha técnica condensando informações intrínsecas e extrínsecas, que de outra forma estariam dispersas (BOTTALLO, 2010), permitindo o desenvolvimento de ações museológicas futuras. Pode ser feita de forma manual ou automatizada.
Classificação dos Objetos	A classificação é a atividade que busca distribuir os objetos/documentos em diferentes categorias agrupando-os de acordo com suas características comuns, variando de acordo com a estrutura, funções, atividades e objetivos da instituição (FERREZ, 1994).
Pesquisa	São os instrumentos de pesquisa diversos como guias, catálogos, inventários, listagens, que permitem elucidar o contexto histórico, social, artístico e cultural do objeto (FERREZ, 1994).

**Fonte:** Ferrez (1994); Bottallo (2010); Padilha (2014).

A partir do quadro 3, podemos dizer que o processo de indexação situa-se junto à catalogação na fase da documentação museológica para a gestão do acervo dos museus, dado que a ficha catalográfica permite a representação descritiva e a representação temática da informação. Dito isto, a representação temática é condensada em palavras-chave e a representação descritiva em características documentais, que juntas fornecem os pontos de acesso do documento (MAIMONE; SILVEIRA; TÁLAMO, 2011).

Dessa maneira, o processo de catalogação nos museus era visto apenas como um processo técnico de descrição física do objeto, pois ao criarem seus catálogos os museus careciam de pouca padronização da terminologia necessária para tornar-se um sistema razoavelmente eficiente. Segundo Cerávolo e Tálamo (2000), essas descrições não eram suficientes para realizar a recuperação de informações, já que não representam seu conteúdo, mesmo que selecionadas num universo de interesse da instituição.

Nesse sentido, podemos afirmar que dentro da documentação museológica o processo de indexação se dá a partir da descrição das informações extrínsecas do objeto musealizado e entende-se que este processo é uma forma de recuperar informações através de uma metodologia que precisa estabelecer critérios bem definidos de consulta, cujo objetivo é transformar o documento em fonte de pesquisa, tornando possível encontrar a informação quando preciso (CÂNDIDO, 2006; FUJITA; SANTOS, 2016).

Destacam-se as noções trazidas no trabalho de Padilha (2014) sobre documentação museológica e gestão de acervo, onde a autora traz à tona a possibilidade de representar a informação dentro dos museus através da identificação de informações contextuais na ficha catalográfica a partir da descrição do objeto museológico, com intuito de representar um conteúdo completo. Ou seja, “trata das informações históricas, simbólicas e de usos do objeto no museu” (PADILHA, 2014, p. 52).

Isso nos leva a perceber que o tratamento temático da informação no contexto museológico é uma operação de síntese elaborada a partir das informações contempladas no que Cerávolo e Tálamo (2007, não paginado) chamam de “matriz da informação”, onde “aspectos físicos e de conteúdo contribuem solidariamente para a sua significação” e que posteriormente estarão representados através de termos documentários que corroboram para o desenvolvimento de ações mais efetivas de mediação entre objeto e usuário, buscando atender às suas demandas informacionais, considerando a necessidade da preservação do objeto musealizado também enquanto um documento que é parte de uma memória que precisa ser acessada (CÂNDIDO, 2006).

Cabe ressaltar que a tradução de um documento em termos documentários não pode ser somente a extração dos dados, é necessário tratá-los do ponto de vista documental para que ele possa desempenhar seu papel no contexto informacional (CASTRO, 1999). Ou seja, requer a extração de certos termos do documento para uma melhor representação de seu conteúdo (indexação) e o uso de linguagens documentárias padronizadas dentro do sistema, conforme o perfil da instituição e do usuário e as características próprias do acervo.

Podemos afirmar, portanto, que apesar de existirem indícios de uma necessidade de indexar os objetos musealizados através de suas informações contextuais, este não é um processo simples, pois esbarra em limites como tridimensionalidade e subjetividade, onde “[...] dificilmente seja possível distinguir, no momento da descrição, o suporte e o conteúdo” (CERAVOLO; TÁLAMO, 2007, não paginado), exigindo do profissional uma

pesquisa mais aprofundada para detectar essas informações e traduzi-las em termos documentários.

Nesse contexto, ainda existem lacunas que precisam ser preenchidas no que diz respeito a documentação museológica e sua representação temática e, conseqüentemente, a indexação, pois ainda não são encontrados modelos que delimitam este processo de forma mais específica para o uso em coleções museológicas, necessitando de estudos mais aprofundados.

## **5 ASPECTOS DA INDEXAÇÃO NA BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA: DISCUSSÕES ENTRE AS ÁREAS**

Os museus guardam objetos que possuem informações e através dessas informações registradas são promovidas pesquisas, exposições, ações educativas, entre outros. Nesse sentido, suas coleções precisam estar asseguradas tanto no seu aspecto físico, quanto no seu contexto informacional, pois o objeto em si, por vezes, não é suficiente. Entende-se que suas coleções possuem a função básica, porém não única, de suprir a necessidade informativa do usuário, portanto, o acesso às informações registradas é um elemento essencial na sua gestão.

É a musealização que distingue os museus de outras instituições que lidam com a informação e a memória. No entanto, o processo de documentação museológica se aproxima à indexação em bibliotecas quando o catalogador descreve o objeto e traduz conceitos para uma linguagem documentária ou artificial, fornecendo assim pontos de acesso padronizados sob termos controlados em um nível de especificidade apropriado à coleção.

Nesse aspecto, representar em assuntos nos museus auxilia para uma maior compreensão e acesso daquele “recorte” da realidade que as coleções museológicas representam, tanto para a busca e o uso interno, dos próprios profissionais que trabalham na instituição, quanto para o usuário (pesquisador ou não), possibilitando assim uma aproximação e apropriação do conhecimento.

O próprio avanço e incorporação das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) nos museus vêm instigando-os a desenvolver a automatização do acervo em suas atividades de organização e tratamento documental para disponibilizar a informação com maior rapidez na comunicação e no acesso, com o objetivo de ampliarem o acesso para

seu usuário. Nesse contexto, percebe-se também uma crescente inserção de objetos museológicos no ambiente *web*, bem como a criação de museus e exposições virtuais.

Na área da Biblioteconomia os materiais a receberem tratamento são predominantemente bibliográficos, com informações geralmente preservadas no próprio documento, tornando-o único, enquanto nos museus trabalha-se com tipologias e suportes variados que constituem a informação materializada (DUARTE; CHAGAS, 2020). Segundo Yassuda (2009), essa diversidade requer uma amplitude maior dos campos de descrição em suas fichas catalográficas.

Este fato faz com que a necessidade de refletir sobre como esses objetos estão sendo disponibilizados e representados ganhe uma importância ainda maior, principalmente no que se refere ao seu conteúdo temático, pois este possibilita a busca remota em seus catálogos, o que implica em aprofundar questões relativas a linguagens, formatos e meios de disseminação da informação desses bens culturais.

Apesar de muitas vezes ao se pensar em museu, logo pensarmos em exposições, esta instituição não está restrita apenas a esta única função. O museu, antes de ser um local de exposições, é um local de pesquisa. Ou seja, é um local que possibilita a reflexão e a compreensão sobre o objeto em seu meio antigo/original e o seu reflexo na contemporaneidade, além de disponibilizar as informações presentes no objeto, se tornando uma ponte de comunicação entre usuário e informação, atuando como agentes transformadores de estruturas comportamentais e cognitivas (SOUZA, 2009).

Portanto, o papel do espaço museológico é destinado também à construção e disseminação do conhecimento na sociedade, e, para que esse papel seja desempenhado com excelência, é preciso pensar em um sistema de recuperação da informação eficiente a partir de uma padronização terminológica, através do uso de linguagens documentárias.

Nesse sentido, o Comitê Internacional de Documentação (CIDOC) é o órgão mais importante no que diz respeito a padronização de uma linguagem, pois publica trabalhos que investigam as normas de documentação, terminologia, entre outros assuntos referentes à gestão de museus (ICOM, 2004). Entre suas produções, podemos destacar a “Declaração dos princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais sobre objetos de museus: categorias de informação do Comitê Internacional de Documentação” (CIDOC, 2014).

No contexto brasileiro, destaca-se o “Thesaurus para Acervos Museológicos” (1987), iniciativa vinculada ao Museu Histórico Nacional, de autoria de Helena Ferrez e



Maria Helena Bianchini, primeira obra brasileira a propor uma classificação para os objetos de coleções históricas de museus. Segundo Ferrez e Bianchini (1987), o tesauro é um instrumento que tem como característica ser constituído por um conjunto de termos que se referem a uma área específica do conhecimento e relaciona, de forma semântica e genérica estes termos (linguagem documentária), permitindo uma maior exatidão para a recuperação da informação do acervo.

A representação da informação, em ambas as áreas, requer uma atenção do catalogador, principalmente, na catalogação de assunto, uma vez que, os conceitos traduzidos para uma linguagem documentária têm o papel de otimizar a busca e diminuir o tempo de respostas dos sistemas de recuperação, contendo o mesmo descritor de entrada e de saída do sistema, podendo ser uma linguagem exaustiva ou específica (CINTRA et al., 2002; LANCASTER, 2004; DIAS e NAVES, 2013; HJORLAND, 2018).

A partir da aplicabilidade dos procedimentos da indexação, é necessário adequar a linguagem documentária à linguagem dos usuários. Sendo assim, os Sistemas de Organização de Conhecimento (SOCs) são instrumentos para tradução de conceitos em Sistemas de Recuperação da Informação, no entanto, para museus as decisões serão pautadas pelas características dos objetos de cada coleção museológica.

Desse modo, os estudos teóricos e metodológicos da indexação utilizados com aproximação conceitual na catalogação de assunto podem ser uma contribuição importante para o desenvolvimento da catalogação de assunto de coleções museológicas, através do uso de diretrizes na indexação, elaboradas com a finalidade de padronizar o processo de indexação englobando a análise de assunto, e os sistemas de organização do conhecimento para tradução e controle terminológico.

Segundo os autores Nunes (2004), Rubi (2004, 2008), Gil Leiva e Fujita (2012), Fujita (2016), Fujita e Santos (2016), Fujita e Rodriguez (2018), Gomes e Lima (2020) consideram a política de indexação uma importante aliada para otimização dos sistemas recuperação da informação e do catalogador de assunto na tomada de decisão. Segundo Redigolo (2014) às diretrizes elaboradas para a análise de assunto aliadas à política de indexação colaboram no aprimoramento do processo de indexação. Assim, os dois instrumentos de padronização, a respeito dos procedimentos de indexação podem ser adaptados para aplicação em diversas tipologias documentais, bem como em diversas áreas do conhecimento, de acordo os objetivos, missão, infraestrutura organizacional,

sistema de informação usado pela instituição e na descrição física e conceitual dos objetos museais.

Diante desse fato, não significa que a representação de conteúdo não seja discutida na Museologia, pois, de acordo com Ceravolo e Tálamo (2007), a bibliotecária Yvonne Oddon, na década de 1960, desenvolveu com o CIDOC uma ficha de classificação museológica para padronização de conteúdo das coleções museológicas. As autoras explanam que o líder do grupo de terminologia para nomes de objetos do CIDOC, Leonard Will, elucida considerações sobre a indexação na Museologia:

A questão da indexação em museus ainda estava na infância, pois a documentação em museus nunca teve lugar central como ocorreu nas bibliotecas. [...] Uma vez crescendo a importância e reconhecimento do papel da indexação, cresceria também o número de especialistas em informação. No seu entender seria o emprego de “recursos biblioteconômicos” (*library resources*) que poderia incrementar e subsidiar os museus no desenvolvimento de serviços de informação para visitantes. Ainda para L. Will havia a necessidade, nos museus, de indexar dados de base (*background*) e as informações sobre os próprios objetos (CERAVOLO; TÁLAMO, 2007, não paginado).

A partir do relato de Leonard Will exposto acima, pode-se inferir que a indexação para os museus é um importante processo metodológico que colabora no estabelecimento de estratégias de busca e na usabilidade de informações pelos usuários. Diante das considerações tecidas nesta pesquisa, elaborou-se os quadros 4 e 5. O quadro 4 relaciona a indexação na Biblioteconomia:

**Quadro 4** – Recorte da indexação na Biblioteconomia.

Unidades de informação	Tratamento Temático da Informação	Política de indexação				
		Processo	1ª etapa		2ª etapa	
		Catálogo de assunto Indexação	Análise de assunto	- Leitura documentária - Identificação de conceitos - Seleção de conceitos	Tradução	Linguagens controladas

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2021).

Como pode ser visto no quadro 4, a indexação/catalogação de assunto é desenvolvida a partir da representação temática da informação, guiadas por práticas e diretrizes, como a política de indexação, que auxiliam na tomada de decisão. É pertinente

lembrar, que a política de indexação, no contexto do tratamento temático da informação, tem influência na leitura documentária, na identificação e seleção dos conceitos, na tradução e na escolha da linguagem documentária, ou seja, na análise de assunto e na tradução dos conceitos. Para isso, a política precisa ser elaborada e registrada dentro de um manual de indexação, com seus requisitos, elementos e variáveis (FUJITA, 2012). O quadro 5 relaciona as práticas de indexação na Museologia:

**Quadro 5** – Recorte da indexação na Museologia.

Unidade de informação	Musealização						
	Museus	Documentação Museológica	Política de indexação				
Processo			1ª etapa		2ª etapa		
Tratamento Temático da Informação			Catálogo (Indexação)	Análise de assunto	- Leitura documentária - Identificação de conceitos - Seleção de conceitos	Tradução	Linguagens controladas

**Fonte:** Elaborado pelos autores (2021).

O quadro acima identifica que é a partir da musealização que o objeto de museu se situa como documento e como fonte de pesquisa (RÚSSIO, 1984) e é através da documentação museológica em que o registro e a pesquisa se mesclam para assegurar a sua identidade e tornar a informação acessível (CAMARGO-MORO; 1986; CERAVOLO; TÁLAMO, 2007).

Nesse sentido, a indexação se insere no processo de documentação museológica a partir da representação das informações contextuais na ficha de catalogação através da leitura documentária, a identificação, a seleção de conceitos e a síntese de uma linguagem natural para uma linguagem controlada (FUJITA, 2003) integrando o processo documental nos museus. Ou seja, assim como na Biblioteconomia, a Museologia utiliza a representação temática por meio da tradução de termos para uma linguagem controlada que gera produtos documentários (catálogos). No entanto, ainda se faz necessário pensar em práticas e diretrizes que guiam essa atividade como uma política de indexação voltada para museus.

Dessa forma, apesar da Biblioteconomia e da Museologia serem áreas distintas, apresentam semelhanças nos seus processos, possuindo instrumentos que normatizam e direcionam a representação e recuperação da informação, e a indexação é um ponto em comum entre as duas áreas de conhecimento, a partir do processo de catalogação.

## 6 CONCLUSÃO

Vale lembrar que a interdisciplinaridade da Ciência da Informação possibilita interações entre os diferentes campos de conhecimento que fazem parte da sua construção teórica e prática. E assim, pontua-se, que as conexões entre as duas áreas vão muito além daquelas apresentadas até o momento e cabem outras investigações sobre estas interações. Deste modo, apesar de existirem discussões acerca da necessidade de indexação museológica, ainda, se obtém poucos trabalhos publicados a respeito desta literatura, que é bastante pertinente para a representação e recuperação de documentos e objetos nas instituições museológicas.

Desta forma, destacam-se a ausência e a importância de diretrizes específicas para a indexação de objetos museológicos, como estudos teóricos e procedimentos metodológicos para otimização da representação e a racionalização da recuperação da informação.

Ao discutir a indexação em ambas as áreas, buscou-se contribuir com os estudos sobre a Organização da Informação e do Conhecimento para a Ciência da Informação. Frisando ainda, que procedimentos metodológicos e diretrizes precisam ser trabalhados e acordados a partir de uma Política de Indexação, instrumento de padronização do processo de indexação como uma ferramenta de gestão aplicável aos sistemas de recuperação da informação.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. A. **Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível**. Brasília: Briquet de Lemos, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676: Métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação**. Rio de Janeiro, 1992. 4p.

BARBOSA, A. P. **Teoria e prática dos sistemas de classificação bibliográfica**. Rio de Janeiro: IBBD, 1969.

BARITÉ, M. Organización del Conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, Kester. (Org.). **Educação, universidade e pesquisa**. Marília: Editora UNESP, 2001. p. 35-50.

BRASCHER, M.; CAFÉ, L. M. A. Organização da informação ou organização do conhecimento? *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. 14 p. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/42696/32986>. Acesso em: 08 mar. 2021.

BETTENCOURT, M. P.; CIANCONI, R.B. Gestão do conhecimento: um olhar sob a perspectiva da Ciência da Informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**. v. 5, n. 1, 2012.

BOTTALLO, M. Diretrizes em documentação museológica. *In: Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes*. São Paulo: Governo de São Paulo; ACAM Portinari, 2010. p. 48-79. Disponível em: [https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Documentacao\\_Conservacao\\_Acervos\\_Museologicos.pdf](https://www.sisemsp.org.br/wp-content/uploads/2013/12/Documentacao_Conservacao_Acervos_Museologicos.pdf). Acesso em: 25 maio 2020.

CAMPOS, A. O processo classificatório como fundamento das linguagens de indexação. **R. Bibliotecon.**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 1-8, jan./jun. 1978. Disponível em: [https://brapci.inf.br/\\_repositorio/2011/05/pdf\\_d3eb51e731\\_0016776.pdf](https://brapci.inf.br/_repositorio/2011/05/pdf_d3eb51e731_0016776.pdf). Acesso em: 23 jul. 2020.

CÂNDIDO, M. I. **Documentação museológica**. *In: Caderno de diretrizes Museológicas*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006. p.34-79.

CARLAN, E.; BRASCHER, M. Sistemas de Organização do Conhecimento na visão da Ciência da Informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 4, 2011. p. 53-73.

CASTRO, A. L. S. de. Informação museológica: uma proposição teórica a partir da Ciência da Informação. *In: PINHEIRO, L. V. R. (Org.). Ciência da Informação, Ciências Sociais e interdisciplinaridade*. Brasília, Rio de Janeiro: IBICT, 1999. p. 13-32.

CARVALHO, L. M.; SCHEINER, T.. Reflexões sobre Museologia: documentação em museus ou museológicas? *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2014.

CERAVOLO, S. M. **Proposta de sistema de informação documentária para museus (SIDM): a organização da informação para o Museu de Anatomia Veterinária (FMVZ/USP)**. 1998. 84 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação). – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 1998.

CERAVOLO, S. M.; TÁLAMO, M. F. G. M. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n.10, 2000. p. 241-253.

CERAVOLO, S. M.; TÁLAMO, M. F. G. M. Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 8., 2007, Salvador. **Anais...**, Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--012.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

CHAUMIER, J. Indexação: conceitos, etapas e instrumentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 21, n. 1/2, p. 63-79, jan./ jun. 1988.

CINTRA, A. M. M. *et al. Para entender as linguagens documentárias*. 2. ed. São Paulo: Editora Polis, 2002.

COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO (CIDOC). **Declaração dos princípios de documentação em museus e diretrizes de informação sobre objetos**: categorias de informação do CIDOC. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014. Disponível em: [http://issuu.com/sisemsp/docs/cidoc\\_guidelines/c/sl5vtq0](http://issuu.com/sisemsp/docs/cidoc_guidelines/c/sl5vtq0). Acesso em: 09 jun. 2020.

CURY, M. X. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Annablume, 2005.

DAVALLON, J. L'état de la muséologie en France. **Museology and Memory**. ICOFOM Study Series, n. 28. p. 25-31. 1997.

DAVIS, A. Defining Museum. **ICOFOM Study Series**, n. 48-2, p. 85-94, 2020.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. Musealização. *In: DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (Eds.). Conceitos-Chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 2013. Disponível em: [http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF\\_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf](http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf). Acesso em: 04 jan. de 2020.

DIAS, E. W. Biblioteconomia e ciência da informação: natureza e relações. **Perspect. Cienc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 5, n. especial, p. 67-80, jan./ jun. 2000.

DOBRESKI, B. Anglo-American library cataloging. **ISKO Encyclopedia of Knowledge Organization**, 2020. Disponível em: <https://www.isko.org/cyclo/cataloging>. Acesso em: 11 mar. 2021.

DUARTE, B. T.; CHAGAS, M. S. Documentação, museu e memória: a coleção Getúlio Vargas do museu histórico Nacional. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 25, n. esp., p. 01-18, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/73449/44706>. Acesso em: 10 mar. 2021.

FERREZ, H. D. **Documentação museológica**: teoria para uma boa prática. Cadernos de Ensaio n.2: estudos de museologia. Rio de Janeiro: Minc/Iphan, 1994.

FERREZ, H. D.; BIANCHINI, M. H. **Thesaurus para acervos museológicos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória; Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, 1987.

FONSECA, E. N. Ciência da informação e prática bibliotecária. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 125-127, jul./ dez. 1987.

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.1, n.1, p. 60-90, jul./ dez. 2003.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. **DataGramZero**, v. 7, n. 3, 2006. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/5926>. Acesso em: 22 set. 2020.

FUJITA, M. S. L. A política de indexação para representação e recuperação da informação. In: GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (Eds.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 17-28.

FUJITA, M. S. L. A representação documentária no processo de indexação com o modelo de leitura documentária para textos científicos e livros: uma abordagem cognitiva com protocolo verbal. **Ponto de Acesso**, v. 7, n. 1, p. 42-66, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/68922>. Acesso em: 22 set. 2020.

FUJITA, M. S. L. (Org.). **Política de indexação para bibliotecas**: elaboração, avaliação e implantação. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

FUJITA, M. S. L.; SANTOS, L. B. P. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. **Transinformação**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 59-76, jan./ abr., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tinf/v28n1/0103-3786-tinf-28-01-00059.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

FUJITA, M. S. L.; RODRIGUEZ, S. M. T. Política de indexação em arquivos de instituições de saúde. **Inf. Pauta**, Fortaleza, v. 3, número especial, p. 95-116, nov. 2018.

GALVÃO, M. C. B. Os conceitos dos termos biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **R. Bras. Bibliotecon. e Doc.**, São Paulo, v. 26, n. ½, p. 100-114, jan./ jun. 1993.

GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (Eds.). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012.

GOMES, R. F.; LIMA, G. N. B. O. Importância da política de indexação para as unidades de informação: uma revisão sistemática da literatura. **Em Questão**, n. online, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/150852>. Acesso em: 08 mar. 2021.

GUARNIERI, W. R. **Museu, museologia, museólogos e formação**. Revista de Museologia, São Paulo, Instituto de Museologia de São Paulo, ano 1, n. 1, p. 7-11, 2º sem. 1989.

GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)**, v.1, n.1, p.77-99, jan./jun. 2008.

GUIMARÃES, J. A. C. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental. **Ibersid**, p. 105-117, 2009.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. Documentary sources of museology: reflections and perspectives. **ICOFOM Study Series**, n. 44, p. 81-93, 2016.

HJORLAND, B. Indexing: concepts and theory. **Knowl. Org.** v. 45, n. 7, p. 609-639, 2018. Disponível em: [https://www.ergon-verlag.de/isko\\_ko/downloads/ko\\_45\\_2018\\_7\\_e.pdf](https://www.ergon-verlag.de/isko_ko/downloads/ko_45_2018_7_e.pdf). Acesso em: 11 mar. 2021.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). **Código de ética do ICOM**. 2004. Disponível em: [http://www.icom.org.br/codigo\\_etica\\_port.pdf](http://www.icom.org.br/codigo_etica_port.pdf). Acesso em: 23 maio 2020.

KOBASHI, N. Y. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. **DataGramZero**, v. 8, n. 6, dez., 2007.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LIMA, D. F. C. Museologia e patrimônio interdisciplinar do campo: história de um desenho (inter)ativo. In: ENANCIB 2007- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (8), 2007, Salvador. **Anais... VIII ENANCIB 2007, GT- Debates sobre Museologia e Patrimônio**. Salvador: ANCIB; PPGCI-UFBA, 2007.

LOUREIRO, M. L. N. M. A Documentação Museológica entre Arte e Ciência. In: GRANATO, M.; SANTOS, C. P.; LOUREIRO, M. L. N. M. (Orgs.). **Documentação em Museus**, v. 10, Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 104-114. [Série MAST Colloquia].

LOUREIRO, M. L. N. M.; LOUREIRO, J.. Documento e musealização: entretecendo conceitos. **Midas**, v.1, 2013. p.01-13. Disponível em: <http://journals.openedition.org/midas/78>. Acesso em: 04 jan. 2020.

MAIMONE, G. D.; SILVEIRA, N. C.; TÁLAMO, M. F. G. M. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 27-35, jan./ abr. 2011.

MAZZOCCHI, F. Reviews of concepts in knowledge organization. **Know. Org.**, v. 45, n. 1, p. 54-78, 2018.

MENDONÇA, E. C. Processos de patrimonialização e musealização no âmbito do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial: Desafios e potencialidades para a salvaguarda de bens registrados (Brasil). In: Seminário Patrimônio, Museus e Desenvolvimento, n. 1, 2016, Porto. **Ensaio e Práticas em Museologia**. Porto: Universidade do Porto, n. 6, 2017, p. 50-66.

MONTEIRO, S. D.; GIRALDES, M. J. C. Aspectos lógico-filosóficos da organização do conhecimento na esfera da ciência da informação. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 18, n. 3, p. 13-27, set./dez. 2008.

NASCIMENTO, R.A. do. Documentação museológica e comunicação. **Cadernos de Museologia**, n. 3, p.31-39, 1994. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3520/DOCUMENTA%C3%87%C3%83O%20USEOL%C3%93GICA%20COM.pdf?sequence=3>. Acesso em: 25 maio 2020.

NOVELLINO, M. S. F. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-45, jul./ dez. 1996.

NUNES, C. O. Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. **Biblios: Revista do Departamento de Biblioteconomia e História**, Rio Grande, v. 16, p. 55-61, 2004.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre a biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **DataGramZero-Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 5, out. 2004.

PADILHA, R. C. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. 71 p. (Coleção Estudos Museológicos, v.2).

PIEIDADE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

PINHEIRO, L. V. R. Campo disciplinar em ciência da informação: fronteiras remotas e recentes. **Investigación Bibliotecológica**, v.12, n. 25, p.132-163, 1998.

PINHEIRO, L. V. R. Processo evolutivo e tendências contemporâneas da Ciência da Informação. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v.15, n.1, 2005.

REIS, M. S.; MORAIS, J. B. E.; BARROS, T. H. B.; SANTOS JUNIOR, R. L. Análise documental na museologia: um breve exercício de identificação de conceitos. **Ci. Inf. Rev.**, Maceió, v. 6, n. 2, p. 90-102, maio/ago. 2019.

REDIGOLO, F. M. **O processo de análise de assunto na catalogação de livros em bibliotecas universitárias**: aplicação do protocolo verbal. 2014. 262 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/yaggqdql>. Acesso em: 12 jun. 2020.

RUBI, M. P. **A política de indexação na perspectiva do conhecimento organizacional**. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Federal Paulista, Marília, 2004.

RUBI, M. P. **Política de indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias**. 2008. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

RUBI, M. P. Política de indexação. In: GIL LEIVA, I.; FUJITA, M. S. L. (ed.). **A política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. p. 107-120.

RÚSSIO, W. Texto III. *In*: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **Produzindo o passado. Estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

SAMPAIO, D. A.; OLIVEIRA, B. M. J. F. Memória, museus e ciência da informação: Uma perspectiva interdisciplinar. **Biblios (Lima)**, v. 52, p. 35-42, 2013.

SHERA, J. H. Sobre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. *In*: GOMES, H. E. (Org.). **Ciência da informação ou informática?** Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p. 90-105.

SILVA, M. R; FUJITA, M. S. L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, maio/ago., 2004.

SMIT, J. W.; BARRETO, A. A. **Ciência da informação**: base conceitual para a formação profissional. *In*: VALENTIM, M. L. (Org.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Pólis, 2002. p. 9-23.

SOUZA, D. M. V. Informação e construção de conhecimento no horizonte museológico. **DataGramaZero Revista de Ciência da Informação**, v.10, n.6, dez. 2009. Disponível em: [http://www.dgz.org.br/dez09/Art\\_06.htm](http://www.dgz.org.br/dez09/Art_06.htm). Acesso em: 11 jun. 2020.

SOUZA, R. F. Ranganathan e a classificação dos dois pontos. *In*: LUCAS, E. R. O.; CORRÊA, E. C. D.; EGGET-STEINDEL, G. (org.). **As contribuições de ranganathan para a biblioteconomia: reflexões e desafios**. São Paulo: FEBAB, 2016. p. 84-95.

TRISTÃO, A. M. D. et al. Sistema de classificação facetada: instrumento para organização da informação sobre cerâmica para revestimento. **Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v.14, n.2, p. 109-136, jul./ dez. 2004.

UNISIST. Princípios de indexação. **Escola de Biblioteconomia, Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 83-94, 1981.

VALENTIM, M. P. Assumindo um novo paradigma na biblioteconomia. **Inf.& Inf.**, Londrina, v. 0, n. 0, p. 2-6, jul./ dez. 1995.

WARD, M. L. The future of the human indexer. **Journal of the American society for Information Science**, v. 28, n. 4, p. 217-225, 1996.

WILL, L. The indexing of museum objects. **The Indexer**, v. 18, n. 3, April, 1993. p. 157-160.

YASSUDA, S. N. **Documentação museológica**: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

ZAHER, C. R; GOMES, H. E. Da bibliografia à ciência da informação: um histórico e uma posição. **Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 5-7, 1972. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1/1>. Acesso em: 9 jun. 2020.